Estratégia
OAB

5º SIMULADO DE 2ª FASE

OAB

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- A peça prático-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

Siga as nossas Redes Sociais
Estratégia OAB no YouTube
instagram.com/estratégia OAB

ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp,* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Benjamin, servidor público federal, ajuizou ação anulatória contra a União, que por meio de autoridade competente, determinou sua injusta demissão sob o fundamento de abandono de cargo, em razão de haver se ausentado do serviço por mais de trinta dias consecutivos, no período compreendido entre 21/09/2019 e 13/11/2019.

Na referida ação anulatória, Benjamin demonstrou que cerca de seis meses antes de sua ausência, formalizou pedido de licença por motivo de afastamento de sua cônjuge, Mariana, pesquisadora científica de uma universidade pública federal, que no interesse da Administração foi deslocada para cursar pós-doutorado nos Estados Unidos, a ser iniciado em 02/09/2019.

Apesar de insistentes tentativas de obter um pronunciamento por parte do órgão competente para a apreciação de seu pedido de licença, Benjamin não obteve qualquer resposta.

Com o inicio do ano letivo nos Estados Unidos em 22/09/2019, e com vistas a proteger a unidade familiar, Benjamin não viu outra opção a não ser se ausentar fisicamente do país, considerando que possui uma filha pequena com Mariana, que já estava matriculada em uma escola na cidade em que sua esposa cursaria o pós-doutorado, sendo certo que Benjamin comunicou formalmente aos seus superiores o novo endereço e telefones de contato.

Contudo, Benjamin foi surpreendido quando um antigo colega de trabalho lhe informou a portaria contendo a sua demissão, sem qualquer notificação acerca da existência de processo administrativo disciplinar.

Ainda, restou evidente na ação proposta por Benjamin que no processo administrativo que ensejou sua demissão, não houve citação válida e que um dos servidores integrantes da comissão processante ainda estava em estágio probatório.

Inconformado, Benjamin requereu em sede de tutela provisória de urgência (i) a suspensão do ato administrativo que resultou em sua demissão injusta; e (ii) a imediata reintegração ao seu cargo.

O juízo da 1ª vara federal da seção judiciária de Salvador/BA (cidade de lotação de Benjamin) indeferiu o pedido de tutela provisória de urgência, em decisão publicada ontem, pelos seguintes motivos:

a) Não cabe licença para acompanhar cônjuge afastado do cargo público, mesmo que no interesse da administração;

b) A Administração Pública deve observar que apenas um dos integrantes da comissão processante seja estável.

Diante do exposto, e supondo que você seja o(a) advogado(a) de Benjamin, elabore a medida judicial cabível para combater a decisão publicada ontem na defesa dos interesses de seu cliente, abordando as teses, os fundamentos legais e os princípios que poderiam ser usados em favor do autor.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia OAB

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

Estratégia OAB

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	

Estratégia OAB

93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	

Estratégia OAB

124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

Estratégia OAB

QUESTÃO 1

Após regular procedimento licitatório, a Empresa Y assinou contrato com o Município X para prestar o serviço de limpeza urbana. Passados alguns meses da execução regular do contrato administrativo, constatou-se a inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução da avença.

Com base nesses fatos, responda as questões a seguir.

a) Os encargos trabalhistas e comerciais serão transferidos automaticamente ao Município X?

b) Se o Município X identificar uma nulidade no procedimento licitatório poderá o ente público revogar o contrato?

Estratégia OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia OAB

QUESTÃO 2

Em determinado órgão da administração pública federal iniciou-se de ofício um processo administrativo que afeta os interesses de Francine. Douglas, servidor público do referido órgão, atua como julgador no processo administrativo que transcorre contra Francine e está litigando judicialmente com o cônjuge dela.

Diante dessa situação hipotética, responda aos itens a seguir.

a) De acordo com a Lei que regula o processo administrativo no âmbito federal, o processo poderia ter iniciado de ofício?

b) É legítima a participação de Douglas no processo administrativo mesmo que ele esteja litigando judicialmente com o cônjuge de Francine?

Estratégia OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia OAB

QUESTÃO 3

Em 2018 a sociedade empresária Muralha S/A, em decorrência de escândalo que envolvia pagamento de propina e fraudes em licitações, foi penalizada em diversos processos administrativos. Após os trâmites previstos na Lei nº 12.846/13, diante do reconhecimento de haver praticado atos lesivos à Administração Pública, ela foi penalizada com a aplicação de multa e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de quatro anos.

Em meados de 2019 a referida sociedade empresária foi transformada na sociedade empresária Construir S.A, com os mesmos sócios e dirigentes, mesmo patrimônio, igual endereço e idêntico objeto social.

Diante dessa situação hipotética, responda aos itens a seguir.

a) Caso apresente toda a documentação necessária, a sociedade empresária Construir S.A poderá participar de nova licitação?

b) A penalização da sociedade empresária Muralha S/A impede a responsabilização individual de seus dirigentes?

Estratégia OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia OAB

QUESTÃO 4

Antônio foi aprovado em concurso público promovido pela União para determinado cargo público de nível técnico. Ocorre que Antônio possuía uma vasta experiência da época que trabalhava na iniciativa privada.

Em razão disso, ele decidiu que não deveria cumprir os comandos determinados por agentes superiores na estrutura administrativa, porque ele as considerava contrárias ao princípio da eficiência, apesar de serem ordens legais.

Diante dessa situação hipotética, responda aos itens a seguir.

a) Considerando que Antônio fora empossado no cargo público há 24 meses, ele é considerado estável?

b) Considerando a vasta experiência de Antônio no cargo técnico que ocupa, ele estará sujeito a qualquer ordem de seus superiores hierárquicos?

Estratégia OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia OAB